

### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO ATA DA VII Reunião Plenária Ordinária

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e cinco, às oito horas e trinta minutos, no Serviço Social da Indústria – SESI da cidade de Pirapora-MG, teve início a 1ª Sessão Plenária da VII Reunião Ordinária do CBHSF, com o objetivo de proceder a eleição das Diretorias Executiva e Colegiada do Comitê. A coordenação da Plenária foi realizada pela Comissão Eleitoral, sendo que a mesa foi composta por: Presidente Sra. Rosana Garjulli; Secretárias Sras. Ana Cacilda R. Reis e Ana Cristina Mascarenhas; e, os Srs. José Valter Alves, Bruno de Andrade Rocha e José Maciel Nunes. A Sessão teve a seguinte pauta: apresentação dos objetivos da Plenária; apresentação do Regimento Interno do CBHSF e leitura dos capítulos referentes à competência e composição das Diretorias Executiva e Colegiada do Comitê; apresentação dos procedimentos para condução da eleição da Diretoria Colegiada e Executiva. Após a abertura dos trabalhos, a coordenação declarou que havia 53 (cinquenta e três) membros credenciados para votação e foi lida a norma que disciplina a eleição da nova Diretoria. A seguir, reuniram-se por Câmara Consultiva Regional (Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco), para que, de acordo com o Art. 40 do Regimento Interno do CBHSF e a respectiva alteração do mesmo, efetivada pela deliberação CBHSF nº 01/2003, os membros titulares e suplentes do CBHSF indicassem os Coordenadores e Secretários das respectivas Câmaras Consultivas Regionais. Após a indicação, foram apresentados os nomes ao Plenário do CBHSF, sendo que, a seguir, iniciaram-se os procedimentos para eleição das Diretorias Executiva e Colegiada. Foi apresentada à Mesa Coordenadora uma única chapa, que teve um total de 53 (cinquenta e três) votos válidos e 0 (zero) abstenções. Foram eleitos, por unanimidade, para a Diretoria Executiva do CBHSF, os seguintes representantes: Presidente Jorge Khoury Hedaye – Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia; Vice-Presidente José Carlos Carvalho – Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Secretário Executivo Anivaldo de Miranda Pinto – Fórum de Defesa Ambiental/AL. Somando-se a estes, para compor a Diretoria Colegiada, foram eleitos os seguintes representantes: Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco Thomaz Gonzaga da Mata Machado – Projeto Manuelzão/MG; Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco Edison Ribeiro dos Santos – Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco/BA; Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Submédio São Francisco Rômulo Leão da Silva – Associação Rural da Fazenda Barra/PE; e, Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco Luiz Carlos da Silveira Fontes – Universidade Federal de Sergipe/SE. Durante a reunião, não foram apresentadas impugnações ou questionamentos à Mesa Coordenadora, que proclamou os resultados à Plenária e a seguir empossou a Diretoria Colegiada do CBHSF. Após desfeita a mesa e formada a sua nova composição, teve início a 2ª Sessão da VII Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que teve como tema “Desafios para Consolidação do Comitê e da Gestão Integrada e Participativa de Recursos Hídricos na Bacia do São Francisco”, conduzida por Geraldo Santos, que convidou o Sr. Nivaldo Miranda para assumir a mesa como Secretário Executivo eleito bem como toda a nova diretoria; declarou empossada a mesa, passando a coordenação dos trabalhos para o Sr. Jorge Khoury, desejando boa sorte e sucesso naquela nova gestão. O Sr. Jorge Khoury assumiu a presidência dos trabalhos da Reunião Plenária, porém, antes de dar continuidade, passou a palavra ao José Carlos Carvalho, para que fizesse uma última mensagem a todos. O Sr. José Carlos iniciou falando da satisfação de ter concluído o seu mandato de 2 anos no Comitê e da oportunidade de passar o cargo para o

48 Secretário Jorge Khoury,  
49 como representante do  
50 Estado da Bahia no Comitê  
51 da Bacia Hidrográfica do  
52 São Francisco; deu um  
53 testemunho pessoal,

#### Unidade Central

☒ BAHIA: Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,

SL. 1203 – Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 – Salvador – Bahia

☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 / 3341-3562 / 3272-9710

E-mail: [secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br](mailto:secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br)

#### Unidade do Baixo

☒ ALAGOAS: Rua da Praia, nº 53 Sala 106 – Centro

CEP. 57.020-680 – Maceió - Alagoas

☎ (82) 3315-5074

FAX (82)

#### Unidade do Alto

☒ MINAS: Rua Carijós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 – Belo Horizonte -MG

☎ (71) TEL.: (31) 3212-6806 / FAX (71) 31-3212-6837

54 abordando o alto nível de espírito público, de cooperação, de patriotismo, pela dedicação, pelo  
55 empenho, pelo estoicismo com que o Secretário Jorge Khoury participou do esforço da diretoria  
56 do Comitê, o que o tornou apto para continuar conduzindo o Comitê; agradeceu ao Sr. Luis  
57 Carlos Fontes e aos demais companheiros da diretoria colegiada e, parabenizou a nova mesa  
58 diretiva que se compunha naquele momento; concluiu dizendo do sentimento que levou sair,  
59 pois contribuiu para formação e estruturação do Comitê e destacou a grande conquista e  
60 contribuição coletiva que fez história na administração dos recursos hídricos brasileiros,  
61 tornando a Bacia Hidrográfica do São Francisco, a 1ª bacia hidrográfica brasileira a ter um plano  
62 de recursos hídricos aprovado sobre a égide da lei 9433; lembrou que nenhuma outra bacia  
63 avançou em outros instrumentos como a cobrança e que não teve um plano de recursos hídricos  
64 aprovado no marco institucional da 9433, como teve a BHSF nos últimos dois anos; reafirmou  
65 que deixou sua função com a certeza de boas perspectivas para o futuro e que seria preciso ter  
66 a humildade para reconhecer que o máximo não é suficiente e que é preciso continuar a luta e o  
67 avanço com a liderança de Dr. Jorge Khoury. Em seguida, Sr. Jorge Khoury passou a palavra  
68 para os componentes da mesa, começando com o Sr. Tomás, Coordenador da Câmara  
69 Consultiva do Alto São Francisco. O Sr. Tomás agradeceu aos colegas da sua região por ter o  
70 indicado de forma consensual e apontou o Sr. Aelton como Secretário; disse que o que o  
71 estimulava a participar da Diretoria Colegiada era a possibilidade de dar passos importantes no  
72 intuito de garantir a autonomia do Comitê e construir sua Agência de Bacia; falou que iria fazer  
73 um grande esforço para investir na questão do cadastro, para que este fosse feito da melhor  
74 maneira possível, com mais consenso entre os estados, para que ele pudesse ser viabilizado de  
75 fato e ter uma base de dados suficiente para fazerem a discussão da cobrança; lembrou que o  
76 Comitê ficava intimidado com a força do Governo de Lula e que essa postura teria que mudar;  
77 afirmou que o Comitê tinha a tarefa de convencer os cidadãos de que a transposição não era  
78 boa; lembrou que o Comitê perdeu o debate público, não só pelo fato da força do Governo  
79 Federal, que utilizou partidos políticos e outros meios de comunicação para convencer as  
80 pessoas, mas também que o Comitê debateu entre si, e que era fundamental mostrar as  
81 pessoas as convicções próprias do Comitê, e o que a transposição era de fato. Dando  
82 continuidade, Dr. Jorge Khoury passou a palavra ao Sr. Rômulo, Coordenador do Sub-médio São  
83 Francisco. O Sr. Rômulo iniciou seu pronunciamento agradecendo aos seus companheiros de  
84 Pernambuco e Bahia que o indicaram por consenso para assumir a função de Coordenador e  
85 afirmou que a característica do Comitê era o diálogo e o consenso; falou que a nova Diretoria  
86 Colegiada do Comitê tinha um compromisso de engrandecer e trabalhar a questão do São  
87 Francisco, especificamente na questão da revitalização; lembrou quando abdicou de diversos  
88 conselhos e comissões em que participava no município de Serra Talhada, para então se dedicar  
89 a sua vida profissional e às questões ambientais que englobam a Bacia e o Comitê do São  
90 Francisco; colocou-se à disposição do Comitê e afirmou a certeza que iriam desempenhar um  
91 grande trabalho junto à Diretoria Colegiada para melhorar os resultados na Sub-região. Sr.  
92 Jorge Khoury passou, a palavra a Edison Ribeiro, Coordenador da Câmara Consultiva do Médio -  
93 São Francisco. O Sr. Edison disse que é importante lutar e promover o desenvolvimento do Rio  
94 São Francisco e se colocou à disposição para integrar todas as ações e esforços conjuntos em  
95 prol do Velho Chico; relatou sua vida como beiradeiro, natural de Xique-Xique, e desde aquele  
96 tempo o consenso nas matérias referentes à bacia. O Sr. Jorge Khoury passou a palavra ao Sr.  
97 Luís Carlos Fontes, Coordenador da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco; afirmou que terá  
98 a oportunidade de se dedicar às atribuições do Comitê e estará trabalhando na pesquisa em  
99 relação à foz do São Francisco, onde irá demonstrar que todas as mudanças que estavam  
100 acontecendo eram em função das intervenções que foram feitas ao longo do rio e aproveitou a  
101 oportunidade para relatar o que foi a experiência na Diretoria Executiva do Comitê; contou que  
102 o convívio com o presidente José Carlos e vice-presidente Jorge Khoury foi muito proveitoso e  
103 que, apesar de insinuações a respeito de suas posições, poderia haver algum tipo de  
104 interferência das decisões do Comitê; mencionou momentos importantes, desde o processo de  
105 eleição do Comitê, que foi bastante intenso em toda a bacia, das ações da Diretoria Colegiada,  
106 da Diretoria Provisória, até a posse no Palácio do Planalto, junto ao Presidente da República;  
107 lembrou também o Ato da Foz, que marcou uma das comemorações dos quinhentos e quatro  
108 anos do descobrimento do Rio São Francisco, e que prosseguiu com a construção do Plano, onde  
109 mais de 15 mil pessoas puderam participar das discussões, com a participação de mais de 105  
110 técnicos de diversos órgãos, e os membros das câmaras técnicas do Comitê; registrou a  
111 presença da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do presidente da ANA, em Juazeiro,  
112 onde foi aprovado o Plano e foi estabelecido um acordo com o Governo Federal em não deliberar

113 sobre os usos externos; falou que o CBHSF solicitou uma negociação com o Governo Federal  
114 para que fosse apresentado um programa integrado para o semi-árido, que englobasse não só a  
115 parte setentrional do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, mas também os estados que  
116 compunham a Bacia do São Francisco; disse que aquele acordo não foi respeitado pelo Governo  
117 Federal e que apresentaram, em troca, um parecer oriundo do MMA, dizendo que o Comitê não  
118 tinha nenhuma competência para decidir sobre a matéria; disse que a decisão do Comitê foi  
119 tomada através de discussões e consultas públicas, envolvendo mais de cinco mil pessoas, que  
120 foram unânimes e contrárias a qualquer projeto de transposição pra fins econômicos; lembrou  
121 que logo após a eleição e a posse da Diretoria em São Roque de Minas, foram surpreendidos  
122 pela nomeação do Vice-Presidente da República para conduzir o grupo que iria analisar o projeto  
123 de transposição e que a primeira providência da diretoria foi pedir uma audiência ao Vice-  
124 Presidente da República para que fosse possível construir um pacto no qual se analisaria o  
125 projeto; afirmou que tentaram o diálogo, mas logo compreenderam que este não existia e o que  
126 realmente existia era a tentativa de convencimento da opinião pública, da viabilidade do projeto  
127 transposição; reiterou o papel da gestão anterior do Comitê na tentativa de diálogo com  
128 Governo Federal, que não foi aceito, como também não foi dado o apoio às decisões do Comitê  
129 pelo MMA, ANA ou IBAMA; afirmou que faltou coragem ao Comitê, que preferiu ser subserviente  
130 ao ministro que procurou impor a todo custo o projeto à Bacia do São Francisco, não levando  
131 em consideração o seu futuro ou a ameaça de rompimento do pacto entre os Estados; falou que  
132 continuarão na luta para impedir que aquele projeto siga adiante; afirmou que era um grande  
133 erro histórico que estava sendo cometido, que colocava em risco todo o sistema nacional. O Sr.  
134 Jorge Khoury passou a palavra para o Secretário Executivo, o Sr. Anivaldo que agradeceu o voto  
135 de confiança que lhe foi dado e informou que já foi passadas inúmeras atribuições para serem  
136 executadas pela Secretaria-Executiva; sugeriu que a nova Diretoria Executiva buscasse  
137 articulação com o Governo Federal a fim de implantar com bastante objetividade, os  
138 instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9433; lembrou que era necessário enfrentar os  
139 problemas de cada região fisiográfica, tanto as questões de ordem ambiental, à articulação com  
140 as prefeituras, a Diretoria Executiva; afirmou que os comitês de bacia são a base do sistema de  
141 recursos hídricos e a eles competem, de acordo com a lei, aprovar o plano da bacia; ressaltou  
142 que a Diretoria Executiva do Comitê tinha grandes desafios, como, por exemplo, discutir a  
143 revitalização, e enfrentar a estruturação concreta do Comitê; lembrou que era necessário ter um  
144 Sistema de Informações que permitisse que o Comitê aprofundasse, permanentemente, a sua  
145 discussão, destacando o papel da Internet, considerado grande instrumento para a informação;  
146 confirmou que a relação do Comitê com o governo seria estreita e transparente, discutindo o  
147 cadastramento e a questão relativa às outorgas, bem como estabelecimento de convênios;  
148 insistiu na questão de continuidade de trabalho em relação à transposição e parabenizou a  
149 liderança do Comitê, pontuando posturas de prudência e firmeza ao conduzir os trabalhos  
150 executados; falou que acreditava na desinformação do Presidente da República acerca do  
151 projeto de transposição e não sabia o por quê do seu isolamento perante as discussões do  
152 projeto; lembrou que na Bacia do São Francisco existe 350 mil km<sup>2</sup> de semi-árido e 5 milhões  
153 de pessoas vivendo na região; falou que a maneira de se resolver o problema das populações  
154 era a busca de uma forma consensual. O Sr. Jorge Khoury destacou três pontos: satisfação de  
155 ter havido um consenso dos coordenadores e da diretoria com relação, aos novos nomes e  
156 afirmou que iriam continuar privilegiando, fortalecendo e valorizando todos os atores da bacia,  
157 no intuito de trabalhar a busca do consenso; destacou a eficiência de Rosana Garjulli na  
158 liderança do processo eleitoral; enfatizou a importância de todos membros eleitos representar  
159 suas instituições e defender seus interesses no Comitê e disse acreditar no apoio e diálogo com  
160 o governo federal e os ministérios, com relação aos interesses da bacia e outros assuntos de  
161 interesse do país; pediu o apoio a todos os novos membros do Comitê e reafirmou o  
162 compromisso de fazer funcionar um instrumento de política pública de forma democrática e  
163 participativa. O Sr. Luís Carlos Fontes pediu para que, no turno da tarde, fossem colocadas na  
164 pauta, as recomendações que foram aprovadas no dia anterior e que cada um dos membros  
165 assinassem o requerimento, a fim de aprovar o que foi recomendado na plenária, no dia  
166 anterior. O Sr. Anivaldo pediu que fossem aprovadas imediatamente as atas das reuniões  
167 plenárias, ordinárias e extraordinárias, oriundas da reunião em Salvador; afirmou que iria ser  
168 examinado o processo de conflito de uso, relatado pela Câmara Técnica de Planos, Programas e  
169 Projetos -CTPPP, que foi suscitado pelo Fórum do São Francisco; pediu análise do parecer  
170 conjunto da CTPPP e da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC sobre a outorga  
171 preventiva emitida pela ANA para o projeto de transposição a qual englobava também o exame

169 **Dr. José Machado** fala do esforço do Comitê e da ANA para implementação dos instrumentos de  
170 gestão, notadamente a questão da Agência de Bacia. Citando os esforços para apoiar a  
171 Secretaria Executiva do Comitê, o chamado escritório técnico, o embrião da Agência de Bacia.  
172 Então, nós temos repassado recursos para o Comitê, com dificuldades porque há, evidentemente,  
173 escassez de recursos. Para o próximo ano, a ANA não sabe qual o orçamento que ela vai ter  
174 porque essa matéria ainda depende de aprovação, no Congresso Nacional, do orçamento da  
175 União. O que está em jogo é a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de  
176 Recursos Hídricos, pois o ano que vem é um ano atípico, é um ano eleitoral, é um ano onde nós  
177 vamos ter prazos muito mais restritos para viabilizar convênios, para viabilizar repasses. Os  
178 recursos que serão aplicados no CBHSF são “mix”, vamos ter que fazer uma composição de  
179 fontes, de esforços para que não criemos uma solução de descontinuidade dos esforços que  
180 estamos fazendo. Temos uma fonte que está localizada no Projeto de Revitalização do São  
181 Francisco, da ordem de um milhão e oitocentos mil reais, que já há o comprometimento da  
182 Direção do Comitê de viabilizar esse repasse para a ANA. Já foram repassados quatrocentos mil  
183 reais. A ANA já tem hoje quatrocentos mil reais disponíveis para serem aplicados nesse Programa  
184 de viabilização dos instrumentos de gestão – notadamente, da Agência. Isso já é viável.  
185 Estaremos disponibilizando Não somente financeiros, mas recursos humanos, criando uma  
186 unidade administrativa descentralizada. Colocando técnicos da ANA aqui. E temos a possibilidade  
187 também, com os contratos que nós temos de terceirização de recursos humanos, temos a  
188 possibilidade de criar uma estrutura de recursos humanos qualificados para se integrar com a  
189 Secretaria Executiva. a ANA não pretende, ao fazer essa descentralização, se sobrepor ao Comitê  
190 nem criar aqui uma intervenção. Queremos fortalecer a instituição Comitê. O expositor cita a  
191 importância de se discutir a cobrança e a maior participação dos usuários.

192 **Dr. Oscar** preside a mesa seguinte e agradece o convite e fala rapidamente do papel das  
193 Agências, lembrando que no Brasil, pela nossa Lei, o sistema de Comitê do São Francisco, que é  
194 o “parlamento” das águas, o decisório por excelência. E temos a figura da Agência, que na  
195 legislação é a instância, quer dizer o “braço” executivo do Comitê. O Comitê decide e a Agência  
196 faz. A Agência ajuda o Comitê a decidir também. Esse sistema tem a autoridade pública.  
197 Apresenta alguns mapas e laminas mostrando a importância da Agência e cita os casos GEIVAP  
198 e PCJ.

199 Na seqüência **Dr. Patirck Laigneau** apresenta a própria experiência nas Agências de Bacia  
200 francesa não do ponto de vista tecnocrático do sistema, mas a experiência de vida, trazendo  
201 elementos concretos, lembrando que a cobrança é uma pequena parte do que representa a  
202 Agência de Bacia. Ele faz um pequeno comparativo entre a Bacia Rhône Méditerranée Corse e a  
203 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Afirma que lá o Comitê de Bacia se manifesta e vai  
204 eleger os membros do Comitê que vão compor o Conselho de Administração. É esse Conselho  
205 que vai decidir a implementação da agência. Um ponto fundamental que já foi levantado pelo  
206 Diretor da ANA é que ela só funciona se as pessoas quiserem. No caso, a vontade dos usuários é  
207 absolutamente fundamental. Patrick ainda cita a relação da agência com o Estado e as formas de  
208 sustentabilidade pela cobrança e pelo recurso repassado a fundo perdido.

209 **Dra. Aparecida Vargas**, que é a Secretária Executiva do Comitê do Paraíba do Sul e também  
210 Presidente do Conselho Gestor da Agência do Paraíba do Sul fala do por que ser Secretária  
211 Executiva do CEIVAP e Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, citando ser a  
212 evolução que tiveram desde a criação da associação. Fala que a AGEVAP é essa associação  
213 civil. Ela foi criada em 2002 e só após a Lei 10.881 que ela recebeu a função de Agência de  
214 Bacia, que foi em setembro de 2004. Tem como associados os membros do CEIVAP, que  
215 solicitam a sua admissão na Assembléia Geral dessa associação. É uma associação de 60  
216 usuários. Com um Conselho de Administração de 19 associados, apresentou as dificuldades para  
217 a implementação e as formas de funcionamento.

218 **Dra. Yvonilde Medeiros** segue com a exposição sobre a bacia do São Francisco mostrando a  
219 proporção em termos de área, de população, de complexidade, com uma diversidade cultural,  
220 social, econômica, política, institucional para os estudos da Agência que já iniciaram a partir dos  
221 trabalhos das Câmaras Técnicas.

222 **Dr. Paulo Paim**, que é Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio  
223 Grande do Sul, faz o relato das apresentações, lembrando que foram apresentações bastante  
224 objetivas, mas tem meia dúzia de frases importantes que eu destaquei da fala do Oscar e que se  
225 refere à questão da diferença clara entre a Agência e o Comitê de Bacia, a dificuldade de

231 serem alcançados. O Sr. Jorge Khoury colocou em votação a proposição do Sr. Roberto Lobo,  
232 que tinha como sugestão, substituir na segunda linha do art. 3º “que se invista nos estudos”,  
233 por “que viabilize os estudos” e esta foi aprovada. Logo em seguida, colocou em votação toda a  
234 proposta de Deliberação nº 22, sendo então aprovada pelos membros do Comitê; passou então  
235 a palavra a Anivaldo Miranda que fez a leitura da proposta de Deliberação nº 24 (anexo).O Sr.  
236 Cizino sugeriu que fosse aberta a oportunidade de pessoas que não fossem membros do Comitê  
237 participarem da Composição da Câmara Técnica, pois a CTIL necessitava de um quadro de  
238 pessoas aptas a entender a legislação. A Prof.ª Yvonilde disse que tinha um erro na redação da  
239 proposta, pois eram 13 membros previstos na composição, que não tinham que ser,  
240 exclusivamente, membros do Comitê e que poderiam ser especialistas convidados. O Sr.  
241 Roberto Lobo sinalizou a necessidade de mudanças no Regimento Interno do Comitê demanda a  
242 ser encaminhada a CTIL. O Sr. Jorge Khoury lembrou que todas as deliberações que estavam  
243 sendo aprovadas já haviam sido levadas ao plenário no dia anterior; O Sr. Roberto Lobo  
244 lembrou que no dia anterior foi mencionada a necessidade de revisão do Regimento Interno,  
245 como também a solicitação de ampliação de vagas no CBHSF para a comunidade indígena;  
246 sugeriu o seguinte acréscimo no art. 1º do inciso 2º da proposta: “elaborar estudos e analisar  
247 propostas relativas a assuntos de sua competência, incluindo a revisão do regimento”. O Sr.  
248 Alex não concordou com a questão colocada; argumentou que a função da Câmara Técnica  
249 Institucional e Legal era fazer esse trabalho, e que já se encontrava implícito; falou que achava  
250 que a representação dos membros da Câmara Técnica deveria ser oriunda das entidades que  
251 tinham membros eleitos ou indicados para o Comitê, da mesma forma que ocorria no Conselho  
252 Nacional. A Sra. Ângela, representante dos usuários da Companhia de Abastecimento de Água  
253 de Pernambuco, solicitou decisão sobre a questão da suplência da COPESA que continuava vaga.  
254 O Sr. Marcos Sabarú falou que ficava difícil contar com apenas 01 representante indígena para  
255 divulgar a questão da transposição nos Estados de MG, BA, SE, AL e PE; solicitou a nomeação  
256 de mais um titular e suplente para continuar tratando das questões de transposição e  
257 revitalização nas comunidades. O Sr. Marley esclareceu o papel da participação de membros e  
258 representantes nos debates; falou que quando se falava em participação em câmaras técnicas,  
259 os membros eram somente aqueles que compunham o Comitê, e que os representantes  
260 poderiam ser outros. O Sr. Luís Carlos propôs substituir, “pelo plenário”, por “pela diretoria  
261 colegiada” no art. 2º da proposta. O Sr. Alex manifestou a mesma preocupação do Sr. Luís  
262 Carlos e comentou o fato de não existir critérios definidos para que a Diretoria Colegiada defina  
263 os membros da CT’s; sugeriu que as entidades que desejassem participar em alguma câmara  
264 técnica mandasse correspondência manifestando interesse em participar. O Sr. Eduardo  
265 concordou com o proposto e acrescentou que isso daria agilidade às Câmaras Técnicas. O Sr.  
266 Jorge Khoury disse que para fazer alterações no Regimento Interno do CBHSF, teria que realizar  
267 convocação especial. A matéria foi posta em votação e foi aprovado todo o texto da Deliberação  
268 nº 24 (anexo).Retirou-se o parágrafo único da deliberação nº 23, art. 7º (vide documento),  
269 culminando na sua aprovação, ressalvado os votos do Sr. Marley e do Sr. Alex. O Sr. Jorge  
270 Khoury passou a palavra ao Sr. Anivaldo, para que procedesse a leitura da proposta de  
271 Deliberação nº 20 (anexo). Antes de iniciar o debate, o Sr. José Carlos Carvalho frizou a sua  
272 importância, pois se tratava de um passo fundamental para que o Plano de Recursos Hídricos da  
273 Bacia do São Francisco pudesse ter a efetividade necessária. Passou a palavra para o Sr.  
274 Roberto Lobo, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, que  
275 colocou que a questão do cadastro se encontrava muito lenta, e pontuou a situação do Estado  
276 de Alagoas, que somente começou o cadastramento no final de maio ou começo de junho, e que  
277 não sabia se iria concluir até o final do ano; fez um apelo a CODEVASF, que era quem estava  
278 liberando os recursos para o cadastramento dos usuários; levantou a questão do pacto que tinha  
279 sido bastante debatido dentro da própria bacia, e lembrou que quando estavam aprovando o  
280 Plano, chegou-se a discutir alocação espacial de água, e, desta forma, pôde-se verificar que o  
281 Estado de Alagoas iria ser prejudicado, mencionando as dimensões deste Estado. O Sr. José  
282 Carlos Carvalho considerou como a tarefa mais importante do Comitê, a negociação para definir  
283 o pacto das águas; ressaltou que o Comitê tinha que ter um processo intenso de negociação  
284 envolvendo usuários, sociedade civil, governos estaduais, governo federal, até chegar a valores  
285 que pudessem atender tanto quanto possível aos diversos interesses legítimos que iriam estar  
286 em jogo naquele processo; salientou a importância do cadastramento de usuários fundamental  
287 na gestão das águas na bacia e pediu atenção especial para a implementação do Plano. Passou a  
288 palavra para o Sr. Rômulo Leão, da Associação Rural Fazenda Barra – Serra Talhada,  
289 Pernambuco, que manifestou preocupação relativa a negociação do pacto federativo das águas;

290 falou da questão do cadastramento e afirmou que em Pernambuco o processo estaria  
291 praticamente encerrado, faltando alguns municípios e que o Estado já iria entrar no cadastro de  
292 águas subterrâneas. O Sr. Paulo Teodoro, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, relatou que  
293 no Estado de Minas Gerais havia uma preocupação com a questão do cadastramento, pois  
294 existia uma complexidade muito grande em fazer a gestão das águas de território tão abundante  
295 em água e em território e que o critério estabelecido pela ANA não os atendia em sua plenitude;  
296 falou que estavam discutindo algumas reformulações quanto à formatação do cadastramento;  
297 falou das dificuldades do processo de cadastramento, como também das dificuldades  
298 financeiras, pois a ANA estaria disponibilizando valores absolutamente irrisórios para o  
299 cadastramento de usuários. O Sr. Manoel Pires Cardoso, da Superintendência de Recursos  
300 Hídricos do Estado da Bahia, informou que o Estado estava muito envolvido com o  
301 cadastramento e já havia avançado bastante no processo, com cerca de 15 mil usuários já  
302 cadastrados; frisou que o cadastramento desencadearia números e parâmetros importantes  
303 para a questão do pacto. O Sr. Luís Carlos lembrou que a Deliberação CBHSF nº 09 propunha  
304 diretrizes e critérios para a revisão de outorgas e que como base para aquele processo de  
305 revisão de outorgas, o Comitê recomendava as autoridades outorgantes o cadastramento de  
306 todos os usos existentes, inclusive os de pouca expressão; falou que a base para um processo  
307 de revisão de outorgas era exatamente o cadastramento dos usuários e que também era  
308 importante para dirimir algumas dúvidas que ficaram por ocasião da aprovação do Plano em  
309 relação aos números utilizados; registrou que a Deliberação tratava do processo de revisão,  
310 tendo por base o início do trabalho sem o cadastramento, e que quando a ANA decidiu iniciar o  
311 cadastramento, houve uma deliberação da sua diretoria em relação à revisão de outorgas e não  
312 comunicaram ao Comitê que estavam dando procedimento a uma ação do qual o Comitê já  
313 havia feito uma clara solicitação à ANA; informou que foi determinado que o Comitê fosse  
314 inserido no processo, porém, a seguir, o Comitê receberia as explicações da área técnica da  
315 ANA; ressaltou que apesar daquela iniciativa da direção, o Comitê desde aquela época não foi  
316 envolvido em mais nenhuma etapa do processo; registrou que a razão do não envolvimento do  
317 Comitê foi simplesmente pela oposição ao projeto de transposição; afirmou que desde que a  
318 nova direção da ANA assumiu, o Comitê tinha sido afastado sistematicamente de qualquer ação  
319 de gestão na bacia do São Francisco; colocou que nos últimos anos todas as ações referentes às  
320 águas do São Francisco, estavam contaminadas pelos interesses do projeto de transposição e  
321 que a finalidade do cadastramento era liberar outorgas para o projeto de transposição; lembrou  
322 que a outorga preventiva da ANA em relação ao projeto de transposição já havia ultrapassado o  
323 limite de alocação definido e enfatizou que o que estava por trás do procedimento de  
324 cadastramento de revisão de outorgas era a viabilização da transposição e não a gestão  
325 sustentável das águas São Francisco. O Sr. Altamirano citou que a ANA achou por bem unir o  
326 projeto de levantamento das atividades frutícolas da CODEVASF com o levantamento dos  
327 usuários da bacia do São Francisco, em Juazeiro, a fim de utilizar o mesmo recurso para abarcar  
328 os dois projetos; esclareceu que o Comitê falhou diante da divulgação do processo e isso  
329 comprometeu todo o acompanhamento de cadastros na bacia do São Francisco; registrou a  
330 situação do cadastro na Bahia e afirmou que seu número já alcançava os 35 mil e que o  
331 convênio estabelecido iria repassar R\$ 1 milhão para a BA e mais uma quantidade para PE, AL e  
332 MG; pontuou que o problema principal do processo de cadastramento era a divulgação, e que  
333 pelo fato da ANA não ter feito, a CHESF, por sua vez, teve que assumir essa função de toda a  
334 divulgação na bacia; informou, por conta disso, que a CHESF estava articulando com os Estados  
335 e com a ANA para definir como seria a divulgação da 2ª etapa do processo; concluiu destacando  
336 que a Bahia estaria terminando o cadastro inteiro da bacia em Setembro, que Pernambuco  
337 estava com 80% do cadastro levantado, que Minas Gerais tinha começado a cerca de 15 dias,  
338 que Sergipe também já teria começado e Alagoas estava no mesmo patamar que Minas Gerais.  
339 O Sr. José Holanda, Técnico da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe;  
340 disse que acompanhou desde o início a questão metodológica do cadastro e que em Sergipe já  
341 estavam fazendo um cadastro de usuários de água de todas as bacias de domínio do estado;  
342 informou que quando a ANA procurou o Estado de Sergipe para realizar o cadastro, o processo  
343 já estava em curso e, por isso, a ANA teve que se adequar à metodologia, meio e instrumentos  
344 que Sergipe estava aplicando; informou que contrataram 02 prestadoras de serviço: uma para  
345 fazer o cadastro de água de superfície e outra para fazer a de água subterrânea e que a  
346 expectativa era de que não iriam conseguir concluir no período previsto. O Sr. José Carlos  
347 Carvalho falou que os Estados estavam numa fase de mobilização para o cadastro e lembrou  
348 que a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, do Ministério do Meio Ambiente, juntamente com a

349 CODEVASF, tinham interesse num cadastro de usuários para irrigação e que estavam fazendo  
350 um trabalho considerado importante, mas que se teria, ao final, um trabalho incompleto, tendo  
351 em vista ter sido feito um cadastro de usuários para irrigação e não ter feito um cadastro dos  
352 demais usuários. O Sr. Toinho fez um apelo com relação à outorga da água emitida em favor do  
353 projeto de transposição, pois visitou o Alto Sertão em Minas Gerais e percebeu que o rio estava  
354 muito degradado; citou o problema das lagoas marginais que se encontravam secas e denunciou  
355 que as mesmas são prejudicadas com a jogada de agrotóxicos e outros tipos de químicas que as  
356 poluíam. O Sr. Tomás falou da importância do pacto federativo e que o Comitê não deveria ter  
357 uma atitude tão defensiva em relação a ANA e ao Ministério da Integração; falou do que foi  
358 colocado no Plano da Bacia e da questão da revisão das outorgas; registrou a necessidade da  
359 criação da Agência de Bacias do Comitê, para que o mesmo alcance a autonomia administrativa;  
360 lembrou que se o Comitê tivesse autonomia, haveria condições de viabilizar o pacto, onde iria  
361 ser definida uma série de acordos pontuais com relação a afluentes e a usuários. O Sr. Roberto  
362 Lobo explicou como foi a reunião com a ANA e os órgãos gestores com relação ao  
363 cadastramento; disse que naquela oportunidade surgiu o nome do Programa de Regularização  
364 de Uso e Marco Regulatório do São Francisco; lembrou que durante a reunião disse que o  
365 cadastramento e outorga eram de responsabilidade do poder público e que a definição de  
366 critérios e marco regulatório seria competência do pelo Comitê; sugeriu ao Comitê que  
367 encaminhasse um ofício à ANA, designando a sua Câmara Técnica de Programa para  
368 acompanhar o trabalho de cadastramento; salientou que o cadastro poderia definir um uso  
369 maior de água, tanto de uso considerado, quanto de uso significativo; fez um apelo para que a  
370 sociedade civil representada no Comitê acompanhasse o cadastramento e que comunicasse às  
371 suas associações que deveriam procurar a ANA e dizer que queria se cadastrar; propôs, ao final,  
372 que a Câmara Técnica de Programas fosse integrante do grupo de trabalho que estará fazendo o  
373 cadastramento e sinalizou a preocupação com os recursos para realizar o trabalho por completo,  
374 ou seja, o cadastro total abarcando toda a bacia. O Sr. José Carlos Carvalho comentou que o  
375 Comitê estava cumprindo um papel pedagógico em relação à aplicação da Lei Nacional de  
376 Recursos Hídricos; salientou que as questões operacionais do Comitê eram obviamente de  
377 competência dos órgãos gestores estaduais e federais; pontuou que não achava razoável, na  
378 qualidade de presidente do Comitê, que no momento em que o governo lançou os editais de  
379 uma obra de R\$ 650 milhões, a ANA dizer que não tinha os mínimos recursos necessários para  
380 fazer um cadastro dos usuários, essencial para que o Plano da Bacia pudesse ser concluído;  
381 mencionou que as bacias que estavam sendo escolhidas eram aquelas onde o potencial de uso  
382 agrícola era maior, pois havia uma preocupação com a questão do uso para a irrigação em  
383 relação aos demais usos. O Sr. Alex disse que o cadastramento dos usuários dos recursos  
384 hídricos era fundamental e que já deveria estar pronto se o Comitê fosse minimamente  
385 organizado; falou que Pernambuco, apesar de ter todos os rios na bacia do São Francisco, como  
386 rios intermitentes, e que a principal dificuldade era sempre a falta de recursos financeiros;  
387 destacou uma característica peculiar de Pernambuco, qual seja, o fato dos rios serem  
388 intermitentes e as outorgas ocorrem em maior número justamente ao lado dos reservatórios;  
389 informou que já existia um cadastro, que era usado na Secretaria de Ciência e Tecnologia, e que  
390 o mesmo propiciou uma ação mais rápida; registrou que o cadastro iniciou em Pernambuco pela  
391 necessidade de alocação de recursos oriundos da CODEVASF e que começou a trabalhar com  
392 pouquíssimos recursos; registrou que a bacia do São Francisco estava sendo vista por todos  
393 como um possível modelo de gestão para as demais bacias; ressaltou que o instrumento de  
394 outorga era fundamental e que no Estado de Pernambuco a outorga era bastante limitada por  
395 conta das bacias serem intermitentes; considerou o processo de cadastramento a base para o  
396 desenvolvimento do estudo da viabilidade da cobrança; questionou o fato da ANA expedir  
397 outorgas baseadas em dados de 1960/1970, como também outorgar vazões por prazos fixos de  
398 até 20 anos; fez um apelo para que o Comitê abrisse um espaço para este debate. A Sra.  
399 Rosana falou que a proposta de coordenação do cadastro que estava sendo implementada era  
400 dividida em uma coordenação geral, onde participavam a ANA, os órgãos gestores de cada  
401 estado, a CODEVASF, o MI, e a Secretaria Executiva do Comitê; informou que a coordenação  
402 estadual era do órgão gestor, porém o que existia na proposta era que a coordenação estadual  
403 envolvesse outros órgãos parceiros; lembrou que a CODEVASF e o Ministério da Integração  
404 vinham participando do processo de cadastramento e que o recurso previsto foi repassado para  
405 os Estados; informou que se não fosse o trabalho conjunto isso, não haveria até o momento, 20  
406 ou 30 mil cadastros realizados; reafirmou a estrutura sugerida para que, o Comitê  
407 acompanhasse na divulgação do cadastro: fiscalizaria 1 ou 2 vezes por mês, ocorreria uma

408 reunião em cada Estado para dar um balanço de como que o cadastro estava ocorrendo, onde  
409 estavam as falhas, o que reorientar e que a função de coordenação no nível nacional era da  
410 ANA, a questão do cadastro caberia ao órgão gestor de cada Estado. O Sr. Thales, assessor do  
411 Ministro da Integração Nacional, cumprimentou o Sr. José Carlos e registrou que acompanhava  
412 seu trabalho há muitos anos; falou da satisfação em saber que trabalharia com a revitalização  
413 da bacia hidrográfica do São Francisco; registrou que estava se dedicando, juntamente com o  
414 Sr. Mauricio Laxe, que liderava pelo Governo Federal a questão da revitalização da BHSF, para  
415 coordenar tal questão pelo Ministério da Integração Nacional; cumprimentou o Sr. Jorge Khoury,  
416 o secretário executivo, a Prof.<sup>a</sup> Yvonilde e salientou o seu aprendizado durante a convivência no  
417 Comitê; questionou o fato da criação do CBHSF e da ANA e considerou que foram criados para  
418 estabelecer critérios de outorga, pra conhecer o universo das bacias do ponto de vista dos  
419 usuários de água, para fazer gestão sustentável dos recursos hídricos e para cobrar pelo uso da  
420 água; afirmou que a intenção não era cobrar do pequeno e sim do grande usuário pelo uso da  
421 água; falou que o cadastro universal era bastante complexo e difícil de ser feito, principalmente  
422 quando se estava cadastrando para depois cobrar; citou o cadastramento de água subterrânea e  
423 suas dificuldades; disse que em 1998 teve uma experiência de cadastramento de água  
424 subterrânea no Nordeste e que deu certo, porém, que em 2000, foi muito mais difícil por conta  
425 da ANA ter sido criada e por falar-se muito em outorga, cobrança, marcos regulatórios; com  
426 isso, questionou a missão da ANA; citou que a educação gerava sustentabilidade e  
427 conscientização ambiental; ressaltou que seu trabalho no projeto de revitalização tinha apenas  
428 02 meses, mas que teria o acompanhado há 10 anos, desde um trabalho que realizou no Ceará  
429 onde pôde acompanhar todas as discussões acerca do projeto; falou que os valores da  
430 sociedade – dominação, quantidade, competição-, e os valores que estavam se aproximando –  
431 conservação, parceria, qualidade, cooperação-, teriam que ser equilibrados; afirmou que se os  
432 valores não fossem revistos, não se alcançaria a sustentabilidade. O Sr. José Carlos Carvalho  
433 definiu o próximo tema da plenária que foi "O Plano de Recursos Hídricos", passando a palavra  
434 para Fátima. A Sra. Fátima, representante dos usuários de água do Estado de Alagoas, no  
435 segmento de abastecimento humano, retratou a experiência no cadastro; falou que foram  
436 procurados pela ANA e que ficou claro que o setor de abastecimento humano iria ter suas  
437 especificidades e que ele mesmo iria promover o cadastro de todos os seus usos, quer  
438 subterrâneos, quer superficiais dentro da bacia; registrou algumas dificuldades, como por  
439 exemplo: o deslocamento para algumas regiões no intuito de resgatar informações que faltavam  
440 para o formulário da ANA, bem como a ausência do apoio da fundação que estava fazendo o  
441 cadastro dos outros usuários; lembrou que o cadastro iria legalizar o uso que não estava  
442 outorgado na bacia, pois iria servir como um instrumento de regularização de outorgas para  
443 aqueles que não a detinham; falou da necessidade de fazer com que as Câmaras Consultivas  
444 Regionais atuassem e que o trabalho das câmaras iria possibilitar que houvesse realmente  
445 discussões locais; salientou que em algumas Câmaras Regionais o trabalho já havia começado,  
446 porém que nem todas alcançaram o resultado que deveria. O Sr. Anivaldo interveio de maneira  
447 a estabelecer novas prioridades de assuntos e problemas que pudessem ajudar a produzir um  
448 novo momento de trabalho, levanto em conta a posse de um novo Comitê, e  
449 conseqüentemente, de uma nova diretoria; falou da questão do trabalho do Comitê e da  
450 transposição que precisariam ser enfrentadas e conciliadas sem que uma contaminasse a outra;  
451 disse que a questão da transposição era muito emblemática, pois levava a uma discussão sobre  
452 concepções de modelos de desenvolvimento para o país e que essa questão pontual interferia  
453 com todas as demais; sugeriu que o Comitê trabalhasse as questões por bloco de prioridades e  
454 pontuou que primeiro surgia a questão da transposição e depois a discussão do cadastramento,  
455 da avaliação do universo de outorgas e o processo da sua revisão, e, por fim, a discussão do  
456 pacto das águas. O Sr. Maurício Laxe falou do último componente da linha do Programa de  
457 Revitalização de ação que era a preservação da biodiversidade; afirmou que estavam tomando  
458 uma iniciativa para o estudo da ictiofauna no médio e alto São Francisco, que era uma demanda  
459 técnica do Plano de Bacias, e que estava sendo feito um Termo de Referência, pela Diretoria de  
460 Fauna e Pesca do IBAMA; falou que estava em andamento a preparação de um projeto para  
461 estudo dos felinos, e que recebemos também uma proposta de estudo dos répteis, mais  
462 especialmente dos jacarés do São Francisco através do RAN, que era um órgão do MMA, que  
463 trabalhava com répteis; falou que foi proposto, inicialmente por uma ONG, um estudo sobre  
464 quelônios – as tartarugas do São Francisco – e que a diretoria do IBAMA apresentou uma  
465 proposta de editar, até o final do ano, uma compilação de toda matéria estudada; retratou que  
466 no quarto componente que era o saneamento básico, o estado da arte era justamente em cima

467 dos 86 municípios que apresentaram a proposta dos projetos junto à Funasa e a discussão sobre  
468 a definição de epicentros, que eram aquelas áreas onde dentro de uma sub-bacia, se gastasse  
469 os recursos de saneamento em algumas cidades que iria representar um avanço muito maior em  
470 saneamento naquela região; informou que o Comitê das Velhas apresentou uma relação dos  
471 municípios que sejam indicadores da qualidade do rio; falou do Rio Borotuba, onde já tinha  
472 começado um projeto de desassoreamento e que a idéia era trabalhar também com micro  
473 bacias naquela região; registrou que houve o repasse orçamentário de 6 milhões para a Rural  
474 Minas, no intuito de trabalhar 40 micro-bacias no estado; informou que solicitaram à CODEVASF  
475 uma primeira avaliação do recurso necessário, já que era uma demanda técnica do Plano de  
476 Bacia; falou que do ponto de vista de convivência com o semi-árido, estavam trabalhando com a  
477 questão dos desalinizadores em 10 municípios de Pernambuco e Bahia; falou que foram 2.500  
478 cisternas financiadas pela CODEVASF e que com relação à questão do plano de combate à  
479 desertificação, a SRH ficou de apresentar propostas de convivência para o semi-árido para que o  
480 Ministério de Integração organizasse uma pauta para discutir especificamente sobre o que fazer  
481 para a convivência do semi-árido; esclareceu que no setor de mineração, foi apresentado um  
482 projeto que se dividiu em 02 etapas: a primeira para se trabalhar o Alto Velhas e o Alto  
483 Paraopeba, e que o projeto também estava sendo construído em parceria com a CPRM, e no  
484 segundo momento para 2006, a região do Araripe, próximo a Salgueiro; disse que foi  
485 apresentada a rota do Turismo do São Francisco, que previa a recuperação de 05 aeroportos,  
486 inclusive de Pirapora e que a Infraero ficou de fazer o levantamento dos custos desses  
487 aeroportos; informou que os aeroportos de Paulo Afonso, Petrolina e Barreiras já estavam sendo  
488 utilizados, mas a idéia era trabalhar a possibilidade de algumas empresas aéreas trabalharem a  
489 rota aeroviária do São Francisco; registrou que o Ministério do Turismo financiará R\$ 360 mil  
490 fora os R\$ 40 mil que o MMA financiará para elaborar o Plano de Desenvolvimento do Turismo  
491 no Baixo São Francisco em parceria com as duas secretarias, de Sergipe e Alagoas; salientou  
492 que a idéia era trabalhar o Xingó como sendo portão de entrada para a rota do São Francisco e  
493 fazer a relação da rota de turismo do São Francisco conectada com a rota da estrada real;  
494 esclareceu que em relação ao componente de gestão em recursos pesqueiros, aconteceria o  
495 seminário nacional, proposto pelo Professor Sato e o IBAMA apresentaria a proposta, e que mais  
496 tarde montar-se-ia o calendário com o Comitê, uma vez que foi sugerido que se realizasse 04  
497 seminários regionais, 01 por cada região, terminando num seminário nacional para elaboração  
498 do Plano de Recursos Pesqueiros de Gestão do São Francisco; disse que com relação à questão  
499 da agricultura e reforma agrária, o MST e a CONTAG se reuniram com a ministra Marina e com o  
500 ministro Ciro Gomes na marcha que houve recentemente dos sem-terra, onde foi proposto fazer  
501 um seminário sobre o que era reforma agrária sustentável no Brasil, e que a reforma agrária em  
502 algumas de suas áreas tinha problemas e contradição com a questão ambiental; esclareceu que  
503 era necessário tentar avançar na conscientização ecológica da reforma agrária e elaborar um  
504 projeto piloto nos 13 assentamentos na área de Petrolina a Orocó, onde numa reunião, o Incra  
505 colocaria R\$ 700 mil, o MI R\$ 350 mil e a CODEVASF colocaria R\$ 350 mil para fazer uma  
506 primeira experiência de reforma agrária sustentável que seria justamente no âmbito da bacia do  
507 São Francisco; acrescentou que ainda receberam uma proposta de fazer um primeiro encontro  
508 de comunidades tradicionais do São Francisco; informou que tinha uma relação de ações sendo  
509 feitas e que as prioridades foram construídas desde o Plano de Atividades e Metas, na rodada de  
510 oficinas, e, que, depois entrou em detalhamento a partir das demandas espontâneas dos  
511 estados, através núcleos de atuação do Programa que se traduziu nos planos operativos anuais,  
512 e que a demanda espontânea estava aberta em relação a essa questão. O Sr. Anivaldo pediu  
513 para que os membros, representantes de cada região, se manifestassem a respeito do  
514 desenvolvimento do Programa de Revitalização em cada região da bacia; falou do comentário do  
515 Sr. Mauricio Laxe sobre a APA da foz e lembrou que aquela deliberação foi um pedido especial  
516 da Ministra Marina Silva em 2003, quando foi realizada a plenária em Penedo. Inclusive, o Ato  
517 da Foz, realizado no dia 04 de outubro daquele ano, e teve o objetivo de pedir que a Ministra  
518 interviesse nesse processo, pedir com urgência que fosse construído a APA da Foz; informou que  
519 o novo membro do Comitê, o Prefeito do Município de Brejo Grande, que é exatamente a foz do  
520 São Francisco do lado de Sergipe manifestou a preocupação em relação à preservação da foz do  
521 rio e disse que era um símbolo da região do São Francisco que teria que ser preservado;  
522 registrou também preocupação quanto à administração da APA de Alagoas. O Sr. Edson Ribeiro,  
523 da Fundação do Desenvolvimento Integrado do São Francisco – FUNDIFRAN -, e membro titular  
524 do NAP – Núcleo de Apoio do Programa de Revitalização -, representando o CBHSF do Estado da  
525 Bahia, disse que no seu Estado houve um processo de mobilização, a partir da ação da IIª

Superintendência Regional da CODEVASF de Bom Jesus da Lapa, onde se realizou 04 seminários intitulados: "Seminário Pró-Programa de Revitalização do São Francisco nas Bacias do Grande", realizado em Barreiras, no Corrente em Santa Maria da Vitória, do Paramirim, Santo Onofre e Ibotirama e no Verde Jacaré e Irecê; falou que no Sub-médio aconteceu um seminário articulado com a CODEVASF, SEMARH e o IBAMA, também com a finalidade de mobilizar a sociedade para a importância e participação do Programa de Revitalização e que o seminário teve um lado positivo que foi sensibilizar a sociedade para a ação, intervenção e apresentação de propostas para o programa; informou que no NAP, enfrentou que gerou uma série de dificuldades por não ter definições dos critérios que estavam no Plano da Bacia; informou que foi realizado um evento chamado "Reunião Institucional" na cidade de Barreiras, onde foram apresentados 225 projetos de saneamento básico, de construção de barragens, de calçamento de ruas, de arborização de praças, bem como projetos fundamentados no Plano da Bacia, de educação ambiental, Agenda 21, mobilização para a criação das Colméias, que são as Comissões Municipais de Mobilização para o Programa de Revitalização; disse que o NAP, na Bahia, era composto por 09 membros e tinha a participação do IBAMA, CODEVASF, CHESF, FUNASA, UFBA, CBHSF, Ministério Público Estadual e SEMARH; enfocou a questão da fiscalização dos órgãos do estado e do governo federal, no intuito de estabelecer uma parceria, uma ação articulada no sentido de controle do desmatamento na margem do São Francisco; disse que havia muita degradação no Médio São Francisco e que a maior parte do Cerrado já tinha sido destruída; citou outro aspecto que Maurício Laxe também colocou, que era a questão da produção do componente da linha de ação – produção sustentável - que estava no Plano Nacional de Reforma Agrária, a ação de demarcação, regulamentação das terras públicas da União e do Estado, a fim de ter uma reforma agrária com menos custo, e com maior eficiência. O Sr. Jorge Khoury passou a palavra ao Sr. José Carlos Carvalho fez breve relato sobre sua participação, durante a última gestão, na Diretoria Colegiada do CBHSF e agradeceu a presença de todos os membros na cidade de Pirapora e no Estado de Minas Gerais. O Sr. Jorge Khoury ressaltou a importância de encontros dos membros do CBHSF, solicitou a necessária integração entre os atores da bacia na busca da recuperação e conservação de seus recursos naturais e agradeceu a participação de todos os membros e colaboradores na Plenária do Comitê. Por não ter mais nada a discutir, às 18:15h a sessão foi encerrada.